



# RELATÓRIO CONCLUSIVO

## PARTE I

### ATIVIDADES DE AUDITORIA

### EXERCÍCIO 2011

**Angela M<sup>a</sup> Soares Silveiras**

*Secretária de Estado de Controle e Transparência*

**Ricardo Monteiro Oliveira**

*Subsecretário de Estado de Controle*

**Samir Furtado Nemer**

*Subsecretário de Estado da Transparência*



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA

SUMÁRIO

	<b>Apresentação</b> .....	3
<b>I -</b>	<b>DA SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA</b> .....	5
	I.1 - Finalidades e Competências.....	5
	I.2 - <i>Estrutura de Pessoal</i> .....	6
	I.3 - <i>Estrutura Organizacional</i> .....	8
<b>II -</b>	<b>DA ATUAÇÃO DA SECONT</b> .....	9
	<b>II.1- PLANEJAMENTO</b> .....	9
	<b>II.2- AÇÕES INTERNAS</b> .....	12
	Planejamento Estratégico 2012-2015.....	12
	Metodologia de Gerenciamento de Projetos.....	13
	Sistema Informatizado de Auditoria – CONTROL – ES .....	14
	Padrão Técnico de Auditoria.....	14
	Observatório da Despesa Pública.....	15
	Projeto de Reestruturação da Ouvidoria Geral do Estado.....	15
	Proposta de Projeto da Lei Geral do Sistema de Controle Interno – Resolução 227 do TCEES.....	16
	Ampliação do Quadro Técnico.....	17
	Capacitação de Servidores.....	18
	Divulgação das Ações Institucionais em Mídia Espontânea.....	21
	1ª Conferência Estadual sobre Transparência e Controle Social.....	22
	Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação.....	22
	<b>II.3- AÇÕES EXTERNAS</b> .....	23
	Estratégia de Atuação.....	23
	Síntese dos Trabalhos Realizados pela SECONT – Exercício 2011.....	24
	<b>ÁREA DE ATUAÇÃO - AVALIAÇÃO</b> .....	25
	<b>AUDITORIAS REALIZADAS</b> .....	25
	Diagnóstico da Situação Patrimonial do Bens Permanentes.....	25
	Auditoria em Cooperativas Médicas.....	25
	Monitoramento de Auditoria em Cooperativas Médicas.....	26
	Auditoria de Gestão de Obras – SESA.....	26
	Auditoria de Gestão de Contratos.....	27
	Diligências em Empresas Terceirizadas.....	27
	Análise e Acompanhamento das Contas Governamentais, via SIAFEM.....	28
	Avaliação de Controles Internos – ASPE.....	28
	Auditorias Em Tecnologia da Informação.....	28
	<b>ÁREA DE ATUAÇÃO - PREVENÇÃO</b> .....	30
	Análise Prévia de Editais de Licitações.....	30
	Análise Prévia de Processos Contratação de Equipamentos e Serviços de Tecnologia da Informação.....	31
	Análise Prévia e Registro dos Convênios Estaduais.....	31
	Edição de Orientações Normativas.....	32
	Reuniões Técnicas de Orientação.....	32
	Participação em Projetos Governamentais.....	32
	<b>ÁREA DE ATUAÇÃO - PARCERIA</b> .....	34
	Participação em Comissões Técnicas.....	34
	<b>ÁREA DE ATUAÇÃO - TRANSPARÊNCIA</b> .....	35
	Novo Portal da Transparência.....	35
	Instituição do Conselho Estadual de Transparência e Combate à Corrupção.....	36



## APRESENTAÇÃO

O controle interno é definido como um processo sob a responsabilidade da gestão de uma organização, destinado a fornecer uma garantia razoável quanto a consecução dos objetivos organizacionais, em termos de eficácia e eficiência das operações, confiabilidade dos relatórios e cumprimento da legislação e regulamentação aplicável.

Nessa linha, a instituição de mecanismos efetivos de controle interno das ações e processos desenvolvidos possibilita a disponibilização de informações tempestivas, íntegras e fidedignas acerca dos serviços públicos ofertados, do custo de realização desses serviços e dos benefícios propiciados, constituindo-se, portanto, condição imprescindível para a eficiência e a transparência nas instituições públicas.

No desempenho de sua função constitucionalmente estabelecida, buscando assegurar a *existência*, a *eficiência* e a *efetividade* dos controles internos, adotados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, a Secretaria de Estado do Controle e Transparência - SECONT, no ano 2011, concentrou esforços maximizando a utilização dos meios e recursos disponíveis em prol dos objetivos institucionais.

Nessa perspectiva, adotou-se como estratégia de desenvolvimento dos trabalhos da SECONT, no decorrer de 2011, as seguintes linhas de atuação:

- **Prevenção** de erros, desconformidades, desvios e fraudes;
- **Avaliação** dos controles internos de áreas de maior risco;
- **Parceria** com instituições para viabilizar e maximizar resultados;
- **Transparência** das ações desenvolvidas, possibilitando o *controle social*.

A presente demonstração, nas Contas do Governador, das atividades de auditoria desenvolvidas pela *Secretaria de Estado de Controle e Transparência - SECONT*,



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA**

enquanto Órgão Central de Controle Interno do Poder Executivo, configura-se observância à obrigação diretamente relacionada à finalidade, constitucionalmente estabelecida, de *apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional*, e atendimento às disposições previstas na Resolução nº 182<sup>1</sup> do TCE-ES:

**“Art. 117 - Constituição as contas do Governador:**

...

**IV - relatório conclusivo dos órgãos do sistema de controle interno sobre as contas apresentadas:**

**a) do Órgão Central de Controle Interno - relatório sobre as auditorias realizadas, evidenciando-se as impropriedades detectadas e as providências adotadas;”**

O resultado das ações de controle interno desenvolvidas pela SECONT durante 2011 e a Análise das Contas do Governo do Estado do Espírito Santo referente ao exercício financeiro de 2011, estão demonstrados no presente Relatório Técnico Conclusivo, estruturado em duas partes – Atividades de Auditoria e Contas de Governo.

---

<sup>1</sup> Alterada pela Resolução TC nº 230/2012, de 19-01-2012.



## **I - DA SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA**

### **I.1 – FINALIDADES E COMPETÊNCIAS**

Em 14 de maio de 1987 foi criada a AGE – Auditoria Geral do Estado, por meio da Lei nº 3.932, órgão diretamente subordinada ao Governador do Estado, com âmbito de atuação direcionada ao controle interno do Poder Executivo Estadual.

Posteriormente, para atender as disposições estabelecidas na Constituição Federal, foi elaborada a L.C nº 295/04<sup>2</sup>, que promoveu adequações nas funções institucionais da AGE, acrescentando as seguintes finalidades: avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado; comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual bem como a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos, obrigações e haveres do Estado e apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A partir de 16 de março de 2009, com a edição da Lei Complementar nº. 478, a AGE passou a denominar-se Secretaria de Estado de Controle e Transparência - SECONT, sendo ampliadas suas finalidades e suas atribuições, de forma a atender às novas demandas institucionais, decorrentes do princípio da transparência pública, inerentes às funções de controle interno.

Às finalidades da Secretaria de Estado de Controle e Transparência foram acrescentadas funções, relacionadas com a transparência, o combate à corrupção e o exercício do controle social.

Posteriormente, a Lei Complementar nº 478/2009 foi alterada pela Lei Complementar nº 508, acrescentando novo dispositivo às competências atribuídas à SECONT, relacionado à prevenção de erros, desconformidades, desvios ou fraudes e à avaliação dos controles internos inerentes às contratações de serviços terceirizados.

---

<sup>2</sup> Alterada pelas Leis Complementares nºs 357/2006, 473/2008, 478/2009, 508/2009, 516/2009 e 532/2009.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA**

**I.2 - ESTRUTURA DE PESSOAL**

Para desempenhar suas atribuições a SECONT dispõe de quadro do pessoal técnico, definido pela Lei Complementar nº 295/2004<sup>3</sup>, composto por servidores efetivos de *Carreira*, ocupantes do cargo *Auditor do Estado*, com formação em curso de nível superior, nas áreas de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Economia, Engenharia Civil e Informática.

Nas áreas administrativas e de assessoramento o quadro de pessoal é formado por servidores ocupantes de cargos em comissão, reforçado por servidores efetivos ocupantes do cargo de Analista Administrativo e Financeiro.

Nos quadros a seguir, estão demonstrados os quantitativos de cargos e de servidores da SECONT, apresentando um comparativo entre os anos 2010 e 2011.

<b>ÁREA TÉCNICA</b>			
<b>CARGOS EFETIVOS</b>	<b>FORMAÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE DE SERVIDORES 2010</b>	<b>QUANTIDADE DE SERVIDORES 2011</b>
<b>AUDITOR DO ESTADO</b>	Administração	12	12
	Ciências Contábeis	20	20
	Direito	13	14
	Economia	06	06
	Engenharia Civil	12	15
	Informática	10	09
	Artes Plásticas <sup>4</sup>	01	01
<b>82 CARGOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>74</b>	<b>77<sup>5</sup></b>

<sup>3</sup> Com alterações posteriores.

<sup>4</sup> Selecionado no período de vigência da LC nº 295/04, que previa vagas para qualquer área de formação.

<sup>5</sup> Desse total, 10 (dez) servidores exercem funções em outros órgãos e 2 (dois) encontram-se em licença não remunerada.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA

ÁREA ADMINISTRATIVA

CARGOS EM COMISSÃO	REF	QUANT. 2010	QUANT. 2011
Assessor Técnico	QC-02	09	09
Assistente Técnico I	QC-03	02	02
Assistente Técnico	QC-04	01	01
Assistente Técnico	QC-05	02	02
Motorista Gabinete IV	QC-04	03	04
Agente de Serviço II	QC-06	02	02

CARGO EFETIVO	FORMAÇÃO	QUANT. 2010	QUANT. 2011
<b>Analista Administrativo e Financeiro</b>	Contabilidade	01	01
	Administração	02	02
	Economia	01	01
<b>TOTAL</b>		<b>23</b>	<b>24</b>

CHEFIA E ASSESSORAMENTO

CARGOS	REF	QUANT. 2010	QUANT. 2011
Secretário de Estado de Controle e Transparência	-	01	01
Subsecretário de Estado de Controle	QCE-01	01	01
Subsecretário de Estado de Transparência	QCE-01	01	01
Gerência Técnica Administrativa	QCE-03	01	01
Assessor Especial Nível IV	QCE-03	06	06
Assessor Especial Nível I	QCE-04	02	03
Assessor Especial Nível II	QCE-05	02	02
Chefe de GFS	QCE-05	01	01
Chefe de GPO	QCE-05	01	01
Chefe de GRH	QCE-05	01	01
Chefe de GA	QCE-05	01	01
Chefe de Gabinete	QCE-05	01	01
<b>TOTAL</b>		<b>19</b>	<b>20</b>

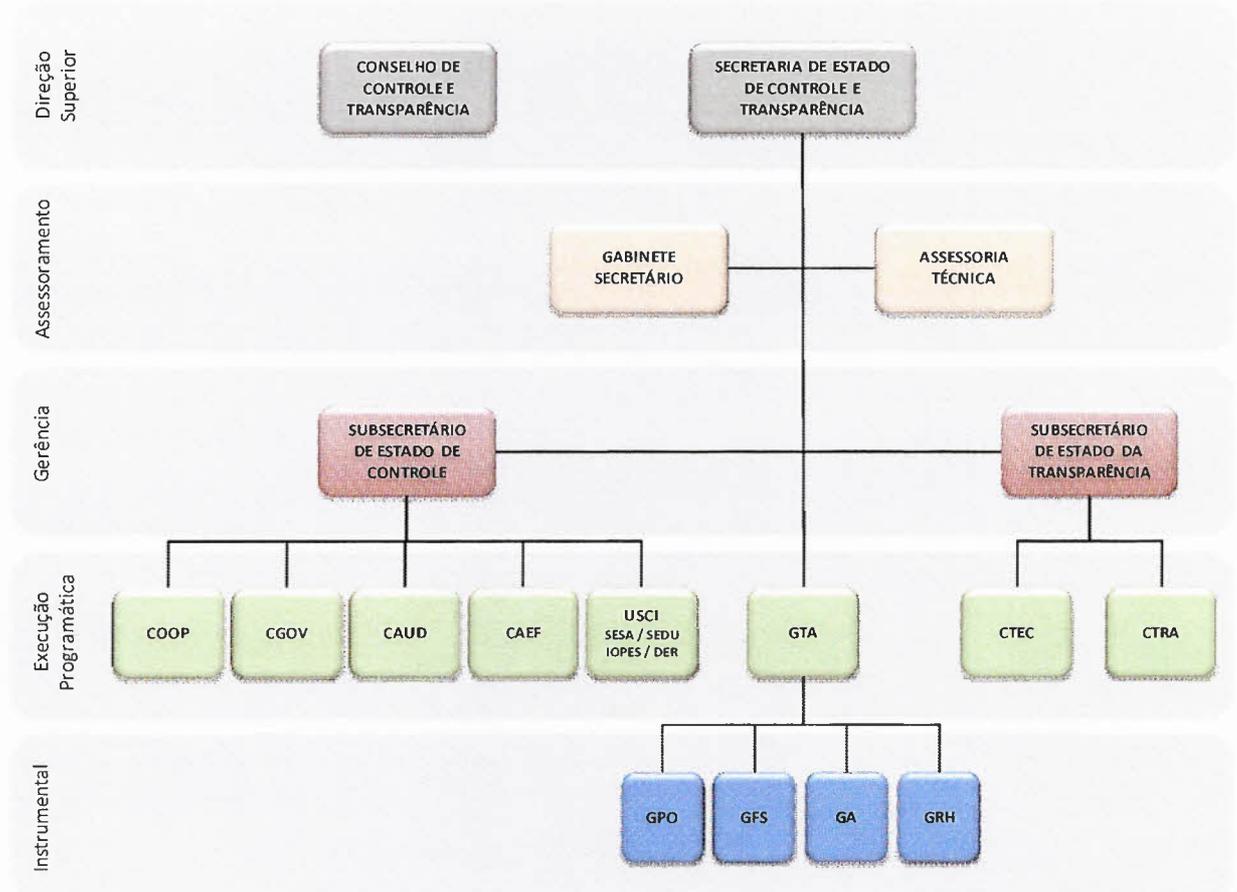


# GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

## SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA

### I.3 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura Organizacional da SECONT está definida na Lei Complementar nº 295/2004, e alterações posteriores, conforme demonstrada no organograma a seguir.



#### LEGENDA:

COOP – Coordenação III – Área: Obras Públicas  
CGOV – Coordenação IV – Área: Contas de Governo  
CAUD – Coordenação II – Área: Auditoria Governamental  
CAEF – Coordenação I – Área: Análise Econômica e Financeira  
CTEC – Coordenação V - Área: Tecnologia da Informação e Comunicação  
CTRA – Coordenação VI – Área: Transparência e Combate à Corrupção  
USCI/SESA – Unidade Setorial de Controle Interno, com atuação na Secretaria de Estado da Saúde  
USCI/SEDU – Unidade Setorial de Controle Interno, com atuação na Secretaria de Estado da Educação  
USCI/IOPES - Unidade Setorial de Controle Interno, com atuação no Instituto de Obras Públicas do ES  
USCI/DER - Unidade Setorial de Controle Interno, com atuação no Departamento de Estradas e Rodagens  
GTA – Gerência Técnica Administrativa  
GPO – Grupo de Planejamento e Orçamento  
GFS – Grupo Financeiro Setorial  
GA – Grupo Administrativo  
GRH – Grupo de Recursos Humanos



## II - DA ATUAÇÃO DA SECONT

### II.1 – PLANEJAMENTO

A atuação da SECONT está alinhada ao *Plano de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo 2025*, em especial aos macro-objetivos que visam consolidar, até 2025, *uma administração pública profissional, transparente, ética e de alto desempenho, marcada pela provisão de serviços de alta qualidade e pela existência de um corpo de servidores altamente capacitado.*

Em termos de planejamento governamental, O Plano *Novos Caminhos* organiza a proposição de desafios, estratégias, projetos e ações do governo estadual para o período de 2011 a 2014. Congrega dez eixos estratégicos prioritários, dentre os quais a SECONT tem efetiva atuação no de *Melhoria da Gestão Pública e Valorização do Servidor.*

As premissas fundamentais estabelecidas pelo governo no Plano *Novos Caminhos*, consideradas prioritárias para todos os órgãos e setores da administração estadual, estão representadas abaixo:

<b>Premissas</b>	Responsabilidade Ambiental e Fiscal	Governança Democrática	Gestão Transparente
------------------	-------------------------------------	------------------------	---------------------

Os principais desafios do eixo estratégico *Melhoria da Gestão Pública* são:

- Melhorar a eficiência das ações de Governo;
- Ampliar o diálogo entre o Governo e a sociedade;
- Ampliar a capacidade de investimento do setor público.

A Lei Orçamentária nº. 9.624/2011 destinou para o exercício de 2011 recursos para execução dos Programas da SECONT no valor de R\$\$ 13.351.672,00. Durante o ano, esses recursos foram ajustados, perfazendo o montante de R\$ 13.308.920,00 conforme demonstrado no quadro a seguir:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DA SECONT - 2011

PROGRAMAS	OBJETIVOS	RECURSOS (Em R\$)		
		AUTORIZADOS	APLICADOS	%
<i>Ética e Eficiência na Gestão Pública</i>	Promover a ética, a transparência, a conformidade, a eficiência e a eficácia nas ações e programas governamentais em benefício da sociedade, avaliando a gestão pública quanto à ação dos gestores e ao cumprimento das metas fixadas, em consonância com os princípios constitucionais, aos quais a administração pública está vinculada.	11.565.014	11.175.689	96,63
<i>Administração e Desenvolvimento de Recursos Humanos</i>	Valorizar o servidor público estadual e comprometê-lo com a ética, o profissionalismo e a qualidade dos serviços prestados à sociedade; Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela instituição, por meio da formação e melhoria contínua dos seus servidores.	85.551	84.884	99,22
<i>Previdência do Regime Estatutário</i>	Promover ações de apoio governamental, no âmbito do poder executivo. Cumprir com obrigações estabelecidas no inciso III, artigo 40, da Lei Complementar n. 282 de 22/04/2004.	1.658.355	1.616.576	97,48
<b>TOTAL GERAL DO ORÇAMENTO - 2011</b>		<b>13.308.920</b>	<b>12.877.149</b>	<b>96,76</b>

AÇÕES PREVISTAS NA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS

- 1 - *Administração e Gestão do Programa*
- 2 - *Realização de Auditorias*
- 3 - *Manutenção do Portal da Transparência*
- 4 - *Divulgação Institucional*
- 5 - *Capacitação e Treinamento de Recursos Humanos*

del  
A  
T  
S



Os trabalhos desenvolvidos no ano de 2011 tiveram como base as seguintes diretrizes estratégicas norteadoras:

---

**DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DA SECONT PARA 2011**

---

1. Atuação preventiva e pró-ativa, junto aos órgãos e entidades do Poder Executivo e em conjunto com os órgãos de controle externos (Tribunal de Contas e Ministério Público).
2. Consolidação e aprimoramento dos mecanismos que proporcionam transparência na aplicação dos recursos públicos e participação social.
3. Atuação prioritária nas áreas de maior risco, como bens permanentes, contratos de serviços e convênios.
4. Implementação de ações de prevenção e combate à corrupção por meio de parcerias com instituições de controle
5. Potencialização das ações de controle interno por meio de atuação em parceria com os demais órgãos de controle municipais, estaduais e federais.
6. Modernização dos meios de realização dos trabalhos de auditoria governamental.
7. Manutenção de um ambiente organizacional, na SECONT, que favoreça o desenvolvimento contínuo, institucional e pessoal.



## **II.2 – AÇÕES INTERNAS**

Nas ações necessárias ao desempenho das funções da SECONT, em 2011, identificadas e explicitadas em função de suas diretrizes estratégicas, também estão inseridas as de natureza interna, relacionadas à viabilização das condições necessárias ao exercício de sua missão institucional: processos de trabalho, gestão de pessoas, tecnologia, gestão do conhecimento e inovação.

O desenvolvimento dessas ações envolve relevante esforço institucional tanto da área meio quanto da área técnica. Configuram-se condições essenciais ao desempenho eficiente dos trabalhos da SECONT, refletindo, conseqüentemente, em melhoria nos serviços públicos disponibilizados à sociedade.

Principais ações internas implementadas em 2011:

### ➤ **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2012-2015**

Reconhecendo a importância de dar continuidade às iniciativas voltadas para o aprimoramento dos instrumentos de planejamento e gestão, vitais para o contínuo desenvolvimento da instituição, em 2011 a SECONT partiu para repensar seus objetivos e diretrizes estratégicos por meio da elaboração de um plano que abrangesse o período de 2012 a 2015.

O processo de construção do Plano Estratégico da SECONT foi fundamentado em informações sobre o contexto de atuação da Secretaria; nas demandas e expectativas dos clientes; nas ameaças e oportunidades do ambiente externo; nas potencialidades e fragilidades do ambiente interno; nas diretrizes dos Planos 2025 e Novos Caminhos, bem como nas sugestões do corpo funcional, que foram de fundamental importância no processo.

O documento produzido, intitulado Plano Estratégico 2012-2015, disponível em [www.secont.es.gov.br](http://www.secont.es.gov.br), resultado da evolução do processo de consolidação da cultura de planejamento na Secretaria, perfaz um conjunto sistemático de definições sobre os propósitos da instituição, sobre os resultados a serem alcançados e sobre o



modo de alcançá-los, que se traduzem em referenciais, objetivos, iniciativas, metas e indicadores estratégicos a serem perseguidos pela SECONT no período de 2012 a 2015.

Ampliar e qualificar as ações de controle interno no Poder Executivo Estadual, promover ações de prevenção e combate à corrupção e disponibilizar informações para ampliação do controle social, com o objetivo precípua de contribuir para a melhoria da gestão pública. São estes os principais resultados que se pretende produzir nos próximos anos, tendo sempre como foco a sociedade capixaba, destinatária final das ações públicas.

### ➤ **METODOLOGIA DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS**

O gerenciamento de projetos é um instrumento eficiente que permite focar prioridades, implementar as mudanças exigidas e fornecer técnicas que auxiliem no cumprimento das metas, além de favorecer o desenvolvimento e a capacitação gerencial.

Nesse sentido, a SECONT finalizou metodologia própria de Gerenciamento de Projetos, cujo objetivo principal é o de padronizar e tornar mais eficiente a sistemática de desenvolvimento de múltiplos projetos na Secretaria.

O Manual de Gerenciamento de Projetos da SECONT contempla as seguintes seções e está disponível para *download* no site da SECONT.

SEÇÃO	CONTEÚDO
<i>Estratégia Organizacional</i>	Modelo organizacional que dará suporte à aplicação da metodologia.
<i>Definições Básicas</i>	Informações referentes às principais definições relacionadas ao gerenciamento de projetos.
<i>Metodologia de Gerenciamento de Projetos</i>	Orientações operacionais, assim como a documentação necessária para a eficiente gestão dos projetos no âmbito da SECONT.
Glossário	Definições dos principais termos utilizados no Manual
<i>Referências Bibliográficas</i>	Literatura que foi consultada para elaboração do Manual.



➤ **SISTEMA INFORMATIZADO DE AUDITORIA – CONTROL-ES**

O Control-ES, sistema informatizado de gestão e realização de auditoria, foi adquirido pela SECONT em 2009 com objetivo de ser uma ferramenta base para produção de todos os trabalhos de auditoria gerados pela equipe técnica.

O sistema permitirá a padronização dos procedimentos de auditoria, a criação de uma base de conhecimentos produzidos, a elaboração e execução do planejamento dos trabalhos, estruturado numa matriz de risco baseada nos critérios de materialidade, criticidade, relevância e impactos das fragilidades e potencialidades.

Durante 2011, houve diversas dificuldades na integração do Control-ES com os sistemas informatizados de gestão utilizados pelo Estado - SEP, SISPPA e SIAHRES. Em função disso, o início da utilização do Control-ES na SECONT foi reprogramada para o final do 1º semestre de 2012.

➤ **PADRÃO TÉCNICO DE AUDITORIA**

A sociedade tem reconhecido cada vez mais a importância que a atividade de controle possui em relação à promoção da transparência e na prevenção e combate à corrupção. Tal importância impõe a necessidade de uma atuação coordenada e organizada dos órgãos e agentes de controle interno.

Neste sentido, a SECONT, por meio de uma equipe formada por Auditores do Estado, desenvolveu um Padrão Técnico de Auditoria – PTA. O objetivo do PTA é definir os padrões de planejamento, execução, elaboração do relatório e controle de qualidade das auditorias efetuadas no âmbito da Secretaria.

O PTA reflete a evolução dos métodos e técnicas empregados pela SECONT, por meio da acumulação de experiência e do investimento em capacitação profissional. Em sua elaboração, foram consideradas também as melhores práticas utilizadas no Brasil, bem como contribuições dos profissionais da Secretaria.



Uma etapa imprescindível na adoção do PTA foi sua validação junto ao corpo técnico da Secretaria. Esta etapa foi essencial para o devido aperfeiçoamento do documento, além de corresponder a uma fase de legitimação do método perante aos Auditores que atuam na Secretaria.

➤ **OBSERVATÓRIO DA DESPESA PÚBLICA**

O Observatório da Despesa Pública - ODP tem como objetivo o acompanhamento dos gastos governamentais, visando contribuir para o aprimoramento do controle interno e sua utilização como ferramenta de apoio à gestão pública, prevenção e combate à corrupção.

O ODP baseia-se na aplicação de metodologia científica, apoiada em tecnologia da informação, no desenvolvimento de ferramentas e procedimentos capazes de identificar indícios de fraudes a partir da análise e cruzamento das bases de dados alimentados pelos diversos sistemas de gestão e controle, com objetivos de proporcionar uma forma de controle prévio, bem como sinalizar ao gestor pontos que podem ser objetos de análise para o aprimoramento de seus processos administrativos.

Os servidores que atuam no Observatório da Despesa Pública realizaram diversos trabalhos durante o ano de 2011, como apuração de denúncias, levantamento de informações gerenciais para atender demandas relacionadas à identificação de indícios de fraudes em processos licitatórios.

➤ **PROJETO DE RESTRUTURAÇÃO DA OUVIDORIA GERAL DO ESTADO**

As ouvidorias públicas destacam-se como instrumento de fomento da transparência e participação social. Atuam no recebimento, registro e tratamento das manifestações do cidadão sobre os serviços prestados à sociedade e a adequada aplicação de recursos públicos.

No Poder Executivo Estadual, a reestruturação da Ouvidoria Geral do Estado tem a finalidade de ampliar a participação social na gestão estadual, qualificar o



atendimento e as respostas às demandas apresentadas e utilizar a informação cidadã para melhoria dos serviços prestados ao cidadão.

Nesse sentido, a SECONT, por meio de sua área técnica, desenvolveu projeto para reestruturação da Ouvidoria baseado em um modelo de funcionamento em que as atividades desenvolvidas abrangerão, além da necessária resposta ao cidadão, a produção e disponibilização aos gestores de informações estratégicas, a partir das demandas e sugestões do cidadão, com objetivo de contribuir para a elaboração de políticas, projetos e ações públicas efetivas, bem como para ampliação e qualificação das ações de controle.

Assim, a Ouvidoria atuará exercendo duas funções principais. A primeira, em nível operacional, funcionando como canal de comunicação entre a administração pública e o cidadão: recebendo as demandas, processando as informações e respondendo ao usuário de forma eficiente e satisfatória, aumentando a confiabilidade do governo e fortalecendo a democracia.

A outra função da Ouvidoria será a sua atuação como instrumento de apoio gerencial, integrada ao controle interno. Esse modelo representa o nível estratégico de atuação, onde serão as informações encaminhadas pela sociedade serão utilizadas para produção de indicadores estratégicos, visando subsidiar os gestores na elaboração de políticas públicas que permitam melhorar e ampliar os serviços prestados à sociedade.

A Ouvidoria será composta por um Ouvidor Geral e por uma equipe multidisciplinar formada por Auditores do Estado, que serão responsáveis pela implantação da Ouvidoria de acordo com o novo modelo de atuação aprovado.

➤ **EABORAÇÃO DE PROPOSTA DE PROJETO DA LEI GERAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO / RESOLUÇÃO 227 DO TCEES**

A Resolução TC nº. 227, editada pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES e, publicada no Diário Oficial do Estado - DOE de 02/09/2011, dispõe sobre a criação, implantação, manutenção e fiscalização do Sistema de Controle Interno da Administração Pública, abrangendo os Poderes Executivo,



## GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA

Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Tribunal de Contas, além dos Municípios e Câmaras Legislativas.

A proposta de Projeto de Lei elaborado visa definir a forma de funcionamento do Sistema de Controle Interno do Estado do Espírito Santo, nos termos estabelecidos

na Resolução do TCEES. Servirá de base para que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Tribunal de Contas implantem ou aperfeiçoem seus respectivos sistemas de controle interno.

A proposta tomou por referência o modelo sugerido pela Egrégia Corte de Contas, bem como o texto do capítulo dedicado ao Controle Interno presente no projeto de Lei da Qualidade Fiscal (tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado - PLS no. 175, 229, 248 e 450 de 2009) e o texto da Proposta de Emenda Constitucional – PEC 45/2009, além das Diretrizes para o Sistema de Controle Interno no Setor Público editadas pelo Conselho Nacional do Controle Interno – CONACI.

É importante frisar que o documento produzido reflete uma visão moderna da atuação do sistema de controle interno público, indispensável para a consolidação da democracia, na medida em que transmite ao cidadão a segurança de que o gasto público está sendo feito com qualidade e em prol da sociedade, a partir de um controle proativo e focado na prevenção de irregularidades.

A Proposta de Lei, depois de discutida com o TCEES, foi remetida a todos os chefes de Poderes para exame do texto e apresentação de sugestões de melhoria do documento. Após essa fase, o projeto será remetido à Assembleia para votação.

Após a aprovação na Assembleia e sanção da Lei pelo Governador, o passo seguinte será a elaboração do Manual de Procedimentos Administrativo do Poder Executivo Estadual, como prevê a Resolução 227 do TCEES.

### ➤ **AMPLIAÇÃO DO QUADRO TÉCNICO**

Em 2011, o quadro técnico da SECONT recebeu o reforço de 04 (quatro) auditores aprovados em concurso público, para atuação em setores prioritários da SECONT.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA**

As nomeações ocorreram nas áreas de Direito e Engenharia, responsáveis pela análise de processos de contratação e realização de autorias.

➤ **CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES**

Com objetivo de desenvolver competências para atuação nos projetos em curso, visando uma atuação mais eficiente e atender necessidades específicas de capacitação, foi disponibilizada aos servidores a participação em diversos eventos de treinamento, priorizando-se parcerias com a Escola de Serviços Públicos do Espírito Santo – ESESP e com o TCEES.

ENTIDADE	EVENTO	PERÍODO	LOCAL	CARGA HORÁRIA
<b>Fevereiro</b>				
ESESP	Gerenciamento de Contratos	07/02 a 11/02/11	Vitória	20h
ESESP	Gestão de Patrimônio	14/02 a 18/02/11	Vitória	20h
TCEES	Auditoria Operacional com Foco em Meio Ambiente	11/02/11	Vitória	40h
TCEES	Fórum: O TCEES e o Meio Ambiente	23 e 24/02/11	Vitória	16h
ESESP	Gerenciamento de Contratos	07/02 a 11/02/11	Vitória	20h
<b>Março</b>				
ESESP	Palestra: Profissionais que dão show	16/03/11	Vitória	2h
ESESP	Palestra: Orçamento Público e Desenvolvimento na Perspectiva do Papel do Estado	24/03/11	Vitória	2h
ESESP	Gerenciamentos de Projetos	21 a 30/03/11	Vitória	32h
ESESP	Treinamento SIGA: Fiscal Setorial	31/03/11	Vitória	2h
SEGER	Treinamento SIGA: Planejamento Orçamento	31/03/11	Vitória	2h

*Handwritten signatures and initials:*  
A B  
S



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA**

ENTIDADE	EVENTO	PERÍODO	LOCAL	CARGA HORÁRIA
<b>Abril</b>				
ESESP	Gestão de Materiais	08/04/11	Vitoria	20h
ESESP	Organização e Gestão por Processos	15/04/11	Vitoria	20h
CETAX	Curso In Company Modelagem Multidimensional de Dados - Desenho e Projeto de Data Warehouse.	08/04/11	Auditório SEONT	40h
<b>Mai</b>				
ESESP	Capacitação no Siarhes 2011 - Órgão Central	9 a 20/5/11	Vitoria	40h
ESESP	SISPPA Elaboração	30/5 a 3/6/11	Vitoria	20h
ESESP	Elaboração do PPA	24 a 27/5/11	Vitoria	16h
ESESP	Capacitação no Siarhes 2011 - Órgão Central	02/05/2011	Vitoria	4h
ESESP	Excel Básico	9 e 13/5/11	Vitoria	20h
ESESP	Planejamento Estratégico de Recursos Humanos	16 e 17/5/11	Vitoria	16h
MICROSTRATEGY BRASIL LIMITADA	Curso In Company MicroStrategy 9.0.1 Project Design Essentials	30 e 31/05/11	Vitoria	16h
<b>Junho</b>				
Instituto Brasileiro de Direito Publico	III Seminário - Terceiro Setor e Parcerias na Área de Saúde	16 e 17/06/11	São Paulo	27h
TCEES	Legislação e Licenciamento Ambiental	13 a 17/06/11	Vitoria	20h
ESESP	Excel Avançado	13 a 17/06/11	Vitoria	20h
<b>Julho</b>				
ESESP	Oratória - A Arte de Falar em Público	25 a 29/7/11	Vitoria	25h
ESESP	Treinamento SIGA - Convênio	22/07/2011	Vitoria	8h

*Handwritten signatures and initials:*  
A blue signature at the top right.  
A blue 'A' and a blue arrow pointing right below it.  
A blue signature at the bottom right.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA**

ENTIDADE	EVENTO	PERÍODO	LOCAL	CARGA HORÁRIA
<b>Agosto</b>				
Controladoria Geral da União - CGU	Capacitação sobre Metodologia da CONSOCIAL	08/08 a 11/08/11	Brasília	20h
TCEES	1º Seminário de Gestão de Risco Geológico do ES	10 e 11/8/11	Vitoria	16h
CONACI	VII Encontro Nacional do CONACI	17 a 19/08/11	Brasília	16h
ESESP	Palestra - Empreendedorismo: Competência Essencial no Serviço Público	24/08/2011	Vitoria	2h
CREA-ES	Seminário Nacional sobre Licitação na Área da Engenharia	24 e 25/8/11	Vitoria	16h
<b>Setembro</b>				
Multieventos Organização e Gestão de Eventos LTDA-ME	VII Seminário de Gerenciamento de Projetos do Espírito Santo	27 e 28 de Setembro	Centro de Convenções de Vitória	18h
WIS Educação	Imersão em Mídias Digitais para Instituições Governamentais	29/09/2011	Vitoria	8h
ESESP	Gerenciamento de Projetos	18 a 21/9/11	Vitoria	32h
<b>Outubro</b>				
Ministério da Justiça	3º Encontro da Estratégica Nacional de Combate a Cartéis - ENACC	03 e 04/10/11	Brasília	20h
CRC/ES	IV Fórum Estadual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público do ES	05 e 07/10/11	Vila Velha	25h
ESESP	Gerenciamento de Projetos	18 a 21/10/11	Vitoria	32h
<b>Novembro</b>				
QUALICON	V Seminário de Obras Públicas do ES	17/11/11	Centro de Convenções de Vitória	5h
TCEES	I Seminário de Controle Interno	11/11/11	Vitoria	4h
TCEES	V Encontro Capixaba de Direito do Estado	24 e 25/11/11	Vitoria	16h



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA**

➤ **DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES INSTITUCIONAIS EM MÍDIA ESPONTÂNEA**

Por meio da atuação da Assessoria Técnica de Comunicação foram divulgados os trabalhos desenvolvidos pela SECONT em diversos veículos de comunicação, em mídias impressas, audio-visual e *on line* conforme resumo demonstrado a seguir:

<b>ASSUNTO</b>	<b>VEÍCULO</b>	<b>QUANT. INSERÇÕES</b>
Novo Portal da Transparência	Jornal A Gazeta	2
	Jornal A Tribuna	1
	Portal ES	2
	Outros Canais	2
Conselho de Transparência e Combate à Corrupção	Jornal A Gazeta	1
	Jornal A Tribuna	1
	Diário Oficial	1
	Portal ES	2
	Outros	7
1ª Conferência Estadual sobre Transparência e Controle Social	Jornal A Tribuna	1
	Jornal A Gazeta	1
	Portal ES	1
	Diário Oficial	1
	Outros	2
Observatório da Despesa Pública	Jornal A Gazeta	1
	Jornal A Tribuna	1
	Portal ES	1
	Outros	2
Outros Projetos e Ações Desenvolvidas na SECONT	Jornal A Gazeta	2
	Jornal A Tribuna	3
	Portal ES	3
	Diário Oficial	2
Assuntos Diversos	Jornal A Gazeta	3
	Jornal A Tribuna	1
	Portal ES	3
	Diário Oficial	2
	Outros	6



➤ **1ª CONFERÊNCIA ESTADUAL SOBRE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL**

A SECONT atuou ativamente na organização da 1ª Conferência Estadual sobre Transparência e Controle Social do Estado do Espírito Santo, evento onde se discutirá propostas e diretrizes a serem enviadas para a etapa nacional, prevista para maio de 2012.

A 1ª CONSOCIAL/ES está programada para acontecer em março de 2012. Para sua viabilização, vários trabalhos foram desenvolvidos pela Comissão Organizadora durante o exercício de 2011, destacando-se:

- Construção e disponibilização do site [www.consocia.es.gov.br](http://www.consocia.es.gov.br);
- Realização de Seminário com representantes dos municípios;
- Realização de palestras em várias das etapas municipais (Vila Velha, Serra, Cariacica, Guarapari, Regional de Aracruz, entre outros);
- Prestação de esclarecimentos aos municípios quanto à realização do evento;
- Participação em reuniões convocadas pela Comissão Organizadora Nacional;
- Elaboração de Manual Metodológico.

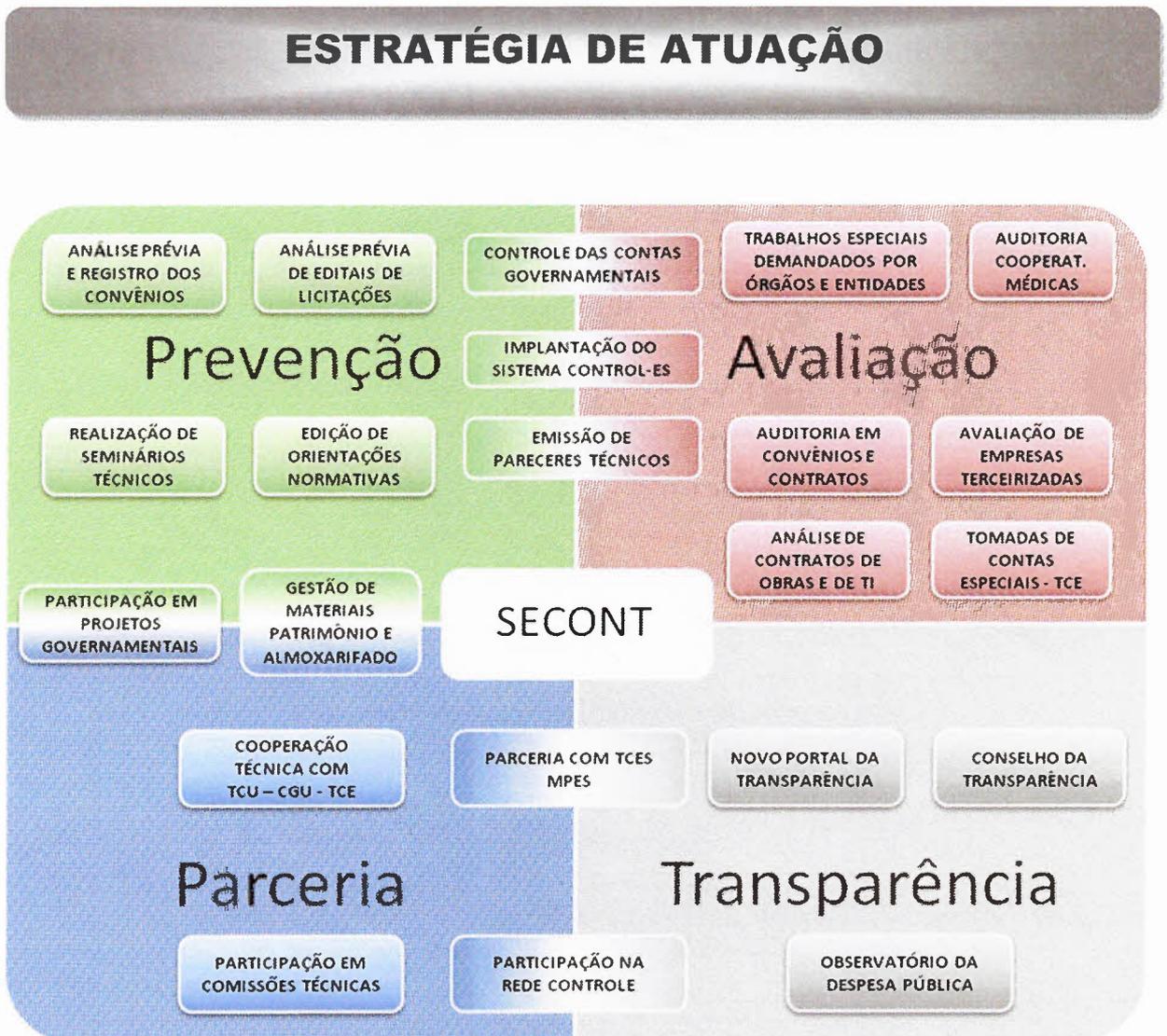
➤ **AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Em 2011, o parque de informática da SECONT foi modernizado com a aquisição de equipamentos (desktops, notebooks, impressoras, etc.) e softwares, necessários ao suporte dos projetos em curso na SECONT, nas ações de transparência, controle e combate à corrupção (observatório da despesa pública) e do sistema CONTROL-ES, além de proporcionar considerável melhoria no desenvolvimento das atividades técnicas, possibilitando o armazenamento de imagens de diversas bases de dados corporativas (SIARHES, SIAFEM, etc.), o que viabilizará a aplicação de técnicas de BI (Business Intelligence) aos trabalhos de auditoria.



## II.2 – AÇÕES EXTERNAS

Na execução das ações de controle interno foram priorizadas as linhas de atuação estabelecidas em consonância com as diretrizes estratégicas e com os riscos identificados pela Secretaria de Estado de Controle e Transparência, sintetizadas no diagrama a seguir:



*(Handwritten marks and signatures)*



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA**

<b>SÍNTESE DAS AÇÕES DE CONTROLE REALIZADAS EM 2011</b>		
<b>NATUREZA</b>	<b>TRABALHOS REALIZADOS</b>	<b>QUANT.</b>
<b>AVALIAÇÃO</b>	DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL	
	- REGULARIZAÇÃO DE INCONSISTÊNCIAS DE PATRIMÔNIO	82
	AUDITORIAS REALIZADAS	
	- COOPERATIVAS MÉDICAS	19
	- MONITORAMENTO DE AUDITORIA DE COOPERATIVA MÉDICA	09
	- GESTÃO DE OBRAS	01
	- GESTÃO DE CONTRATOS	04
	- AVALIAÇÃO DE CONTROLES INTERNOS	01
	- TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	03
	DILIGÊNCIAS EM EMPRESAS	
	- DILIGÊNCIAS EM EMPRESAS CONTRATADAS	13
	ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DAS CONTAS GOVERNAMENTAIS – (VIA SIAFEM)	CONTÍNUO
<b>PREVENÇÃO</b>	ANÁLISE PRÉVIA DE EDITAIS DE LICITAÇÕES – AQUISIÇÕES, CONTRATAÇÕES, OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA	835
	ANÁLISE PRÉVIA DE PROCESSOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	84
	ANÁLISE PRÉVIA E REGISTRO DOS CONVÊNIOS ESTADUAIS	1.793
	EDIÇÃO DE ORIENTAÇÕES NORMATIVAS	01
	REUNIÕES TÉCNICAS DE ORIENTAÇÃO COM GESTORES E AGENTES PÚBLICOS	+ 800
	PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS GOVERNAMENTAIS	04
<b>PARCERIA</b>	PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES TÉCNICAS	11
<b>TRANSPARÊNCIA</b>	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA <a href="http://www.portaldatransparencia.es.gov.br">www.portaldatransparencia.es.gov.br</a>	+ de 80 mil acessos
	CONSELHO DA TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO	06 Reuniões

*Handwritten signature and initials*



➤ **DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL DOS BENS PERMANENTES**

Foi realizado diagnóstico em todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, para avaliar a situação patrimonial, com o objetivo de identificar e propor a correção de inconsistências entre os saldos físicos e contábeis, para ingresso das informações no SIGA - Sistema Integrado de Gestão Administrativa, como parte do Plano de Ação para regularização das inconsistências das informações relativas aos bens permanentes, em observância às disposições contidas na Lei n. 9.372/2009.

O trabalho realizado permitiu concluir, entre outros pontos, que há necessidade de ampliar a disponibilização dos registros no SIGA, de forma que esse sistema reflita efetivamente a realidade do Patrimônio Público Estadual.

Diante da situação, a SECONT, no exercício das suas funções de controle, recomendou a todos os órgãos e entidades envidarem esforços no sentido de regularizar eventuais inconsistências do patrimônio, haja vista o que estabelece a Instrução Normativa N.º 01/2010 do TCEES.

➤ **AUDITORIA EM COOPERATIVAS MÉDICAS**

Conforme as diretrizes estratégicas do exercício, foram priorizadas as auditorias em cooperativas médicas que atuam nos hospitais públicos da rede estadual do Estado do Espírito Santo, com enfoque na avaliação da qualidade dos serviços prestados e no cumprimento das obrigações contratuais.

Os trabalhos realizados permitiram constar oportunidades de melhoria na prestação dos serviços, tais como:

- Implantação de registro de carga horária trabalhada;
- Monitoramento do plano de metas e da produtividade dos profissionais;
- Estabelecimento de um cadastro dos profissionais cooperados na respectiva unidade hospitalar;



## GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA

- Introdução de controle da frequência dos médicos cooperados nas dependências hospitalares;

Em função da situação, a SECONT apresentou aos gestores uma série de recomendações visando aperfeiçoar a prestação dos serviços, bem como vem monitorando a sua implementação.

### ➤ **MONITORAMENTO DE AUDITORIAS EM COOPERATIVAS MÉDICAS**

Em função da importância do tema, foram realizadas auditorias para monitoramento da implementação das recomendações apresentadas pela SECONT, que visam a melhoria da prestação dos serviços pelas cooperativas médicas que atuam na rede de saúde estadual.

O trabalho realizado buscou verificar o atendimento às recomendações dos relatórios de auditorias. Em relação ao total de recomendações, 9% foram atendidas, 13% estavam em fase de implementação e 78% ainda não haviam sido providenciadas.

Como uma das causas para o alto índice de recomendações não atendidas, foi o não recebimento do relatório de auditoria por diretores de unidades hospitalares, conforme constatado nas auditorias de monitoramento.

Para 2012, a SECONT continuará com o trabalho de monitoramento da implementação das recomendações das auditorias, com o objetivo de que 100% sejam atendidas pelos gestores.

### ➤ **AUDITORIA DE GESTÃO DE OBRAS - SESA**

Foi realizada auditoria no convênio nº. 071/2008 celebrado entre a Secretaria de Estado de Saúde e a AF ECC – Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer, cujo objeto é a execução de obras.

Com a realização do trabalho, foi possível identificar a necessidade de aperfeiçoamento dos controles internos implementados pela SESA na execução de convênios celebrados pelo órgão, bem como recomendar o desenvolvimento de



mecanismos no sentido de aprimorar os procedimentos e gestão dos convênios celebrados pelo órgão.

➤ **AUDITORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS**

A SECONT realizou trabalhos de auditoria na área de Gestão e Fiscalização de Contratos em órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

A gestão dos contratos na administração pública tem por base os procedimentos a serem observados pelos gestores e fiscais de contratos, em atendimento ao princípio constitucional da eficiência, entre outros.

Em função do trabalho realizado e das constatações de auditoria observadas, os órgãos e entidades auditados foram orientados a adotarem procedimentos visando o aperfeiçoamento da gestão e da fiscalização contratual em sua área de atuação.

➤ **DILIGÊNCIAS EM EMPRESAS**

A utilização de serviços terceirizados pelos órgãos e entidades, com cessão de mão de obra, tem gerado ao Estado responsabilidade solidária ou subsidiária pelas obrigações trabalhistas, na forma estabelecida pela Súmula 331 do TST.

Assim, no âmbito da administração estadual, foram realizadas diligências em várias empresas prestadoras de serviço a órgãos e entidades da administração, com o propósito de verificar o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, bem como de reduzir os riscos de responsabilidade solidária ou subsidiária e de descontinuidade dos serviços prestados.

As constatações evidenciaram a necessidade de adequação de algumas práticas adotadas por empresas prestadoras de serviço, relativamente ao cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

Os órgãos e entidades foram orientados no sentido de exercerem a sua função de fiscalização da execução do contrato e solicitar às empresas contratadas providências no sentido do cumprimento imediato das recomendações apresentadas pela SECONT.



➤ **ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DAS CONTAS GOVERNAMENTAIS –  
(VIA SIAFEM)**

O trabalho de análise e acompanhamento das contas governamentais foi conduzido durante todo o exercício de 2011, usando-se como metodologia a extração, paralela e independente, de informações do Sistema Integrado de Administração Financeira para os Estados e Municípios - SIAFEM.

Em cumprimento às disposições da Lei complementar nº. 101/2000 – LRF foram analisadas, previamente à publicação, as demonstrações quadrimestrais da execução orçamentária e gestão fiscal elaboradas pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ.

Por meio da atuação da Coordenação de Auditoria - Contas de Governo, foram realizadas diversas ações para melhoria dos controles, apoio nas correções de distorções detectadas, bem como na solução de controvérsias em relação aos registros contábeis em diversos órgãos da administração.

➤ **AVALIAÇÃO DE CONTROLES INTERNOS - ASPE**

Foi realizada auditoria na Agência de Serviços Públicos de Energia do Estado do Espírito Santo – ASPE com o objetivo de avaliar os mecanismos de controles internos adotados para o gerenciamento dos contratos celebrados pela Autarquia.

Embora a equipe de auditoria tenha observado uma adequada gestão dos contratos na entidade, algumas constatações evidenciaram que os mecanismos de controle adotados ainda podem aprimorados mais no tocante à gestão, fiscalização e acompanhamento do cumprimento das obrigações contratuais.

➤ **AUDITORIAS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

As auditorias em tecnologia da informação priorizaram os contratos de modernização do sistema de informação utilizado pela Secretaria de Saúde e as



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA**

contratações de sistema de vídeo monitoramento utilizados nas penitenciárias e em outras secretarias do Estado.

Os trabalhos foram realizados utilizando-se metodologias e padrões amplamente aceitos e em uso por diversos órgãos de controle público.

Dentre as principais oportunidades de melhoria observadas, destacam-se:

- Implementação de procedimentos de planejamento adequado nas contratações;
- Disponibilização de maior treinamento aos profissionais que operam os sistemas de informação;
- Redução da dependência tecnológica em relação a empresas contratadas;
- Ampliação do quadro de pessoal técnico capacitado em manter os sistemas em operação;

Visando aprimorar os procedimentos de controle foram emitidas recomendações cuja implementação vem sendo monitorada e auxiliada pela SECONT.



➤ **ANÁLISE PRÉVIA DE EDITAIS DE LICITAÇÕES**

As minutas de Editais de Licitação são analisadas previamente pela SECONT, em relação aos aspectos econômicos e financeiros.

Trata-se da aplicação de técnicas de auditoria com o objetivo de identificar preventivamente situações que permitam a adoção de providências pelos órgãos gestores de forma a corrigir eventuais problemas antes da efetiva aplicação dos recursos, evitando-se, assim, desperdícios.

Essa atuação de caráter preventivo tem por objetivo melhorar a qualidade do gasto público, evitando-se a realização de contratações de obras e serviços de engenharia, bem como aquisições de bens e serviços com valores incompatíveis com o objeto pretendido, proporcionando a observância ao princípio constitucional da eficiência.

Além dos aspectos econômicos e financeiros, também são avaliados os procedimentos administrativos relacionados à formalização do respectivo processo, evitando-se futuras impropriedades e possibilitando a correção tempestiva de falhas de natureza formal.

O resultado deste trabalho contribui para uniformização dos procedimentos nas contratações e, em especial, nos aspectos econômicos e financeiros que pode ser traduzido na redução de irregularidades, interposição de recursos e na celeridade dos procedimentos licitatórios.

O quadro seguinte demonstra a quantidade de processos de aquisição analisados pela SECONT no decorrer do exercício 2011.

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	RECURSOS ENVOLVIDOS (Em R\$)
Processos Analisados (obras, aquisições e contratações)	835	<b>887.362.589,90</b>

*Handwritten signatures and initials*



➤ **ANÁLISE PRÉVIA DE PROCESSOS – CONTRATAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

As aquisições relacionadas a produtos e serviços de tecnologia da informação são analisadas pela respectiva área especializada da SECONT, Coordenação de Auditoria de Tecnologia da Informação, que procede à avaliação técnica, além dos aspectos econômicos e financeiros.

As quantidades relacionadas ao tema estão apresentadas no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	RECURSOS ENVOLVIDOS (Em R\$)
Processos Analisados (tecnologia da informação)	84	320.871.190,64

➤ **ANÁLISE PRÉVIA E REGISTRO DOS CONVÊNIOS ESTADUAIS**

Por força dos dispositivos constantes em leis e normas estaduais, os *convênios* firmados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo são submetidos previamente à SECONT, para fins de registro e análise prévia, com a finalidade de, além de cadastrar os convênios firmados, assessorar os órgãos e entidades públicas quanto à adequada formalização dos processos de convênios.

Essa ação possibilita a correção de falhas de natureza formal, previne a ocorrência de irregularidades futuras, proporcionando a melhoria na qualidade da gestão e da aplicação dos recursos públicos.

Os quantitativos referentes à atuação em 2011 estão expressos no quadro abaixo:

INSTRUMENTO	QUANTIDADE	VALORES ENVOLVIDOS (Em R\$)
Convênios Estaduais e Termos Aditivos	1783	697.642.534,29



➤ **EDIÇÃO DE ORIENTAÇÕES NORMATIVAS**

No ano de 2011, foi editada a PORTARIA CONJUNTA SECONT/SEGER/SEFA nº 03-R que institui, no âmbito da Administração Pública Estadual do Poder Executivo, normas e procedimentos operacionais para análise, verificação e regularização das inconsistências dos saldos dos inventários físicos dos bens patrimoniais permanentes e dos registros contábeis correspondentes.

➤ **REUNIÕES TÉCNICAS DE ORIENTAÇÃO**

No exercício de 2011, foram realizadas mais de 800 reuniões técnicas de orientação, com a participação de gestores e técnicos dos órgãos e entidades da administração estadual, com objetivo de tratar de temas específicos.

Nessas reuniões são apresentadas orientações acerca de procedimentos que devem ser observados pelos gestores e técnicos, com objetivo de melhorar os processos de contratação, bem como a gestão dos bens e recursos públicos.

➤ **PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS GOVERNAMENTAIS**

*Projeto: Novo Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade*

<b>ÓRGÃO RESPONSÁVEL</b>	<b>SEFAZ</b>
<b>OBJETIVOS</b>	Contratação e implementação do novo sistema informatizado e integrado de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Estado do Espírito Santo.
<b>ATUAÇÃO DA SECONT</b>	Participação na Comissão designada para avaliação técnica dos requisitos, funcionalidades e contratação do sistema e no Grupo Gestor do processo de implantação da nova plataforma.
<b>ESTÁGIO ATUAL</b>	Em fase de realização da licitação com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

*Handwritten marks: a signature, a checkmark, and a large number '5' with an arrow pointing to it.*



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA**

**Projeto: BI - ES**

<b>ÓRGÃO RESPONSÁVEL</b>	<b>SEGER</b>
<b>OBJETIVOS</b>	O objetivo geral deste projeto é a aquisição de uma ferramenta de <i>Business Intelligence</i> adequada às necessidades do Estado para ser utilizada por órgãos e entidades do Poder Executivo.
<b>ATUAÇÃO DA SECONT</b>	Orientação e apoio na contratação da ferramenta.
<b>ESTÁGIO ATUAL</b>	O projeto encontra-se na fase de elaboração e publicação de novo Edital.

**Projeto: Adequação do Patrimônio e do Almoxarifado**

<b>ÓRGÃO RESPONSÁVEL</b>	<b>SEGER, SEFAZ E SECONT</b>
<b>OBJETIVOS</b>	O objetivo geral deste projeto é regularizar as inconsistências dos saldos dos inventários físicos dos bens patrimoniais permanentes e os registros contábeis correspondentes.
<b>ATUAÇÃO DA SECONT</b>	Acompanhar e orientar a condução dos trabalhos e dirimir as possíveis dúvidas e questionamentos que possam vir a surgir, bem como revisar as normas elaboradas referentes à Administração Patrimonial.
<b>ESTÁGIO ATUAL</b>	Foram concluídas as etapas de alinhamento estratégico e a avaliação preliminar, encontrando-se na fase de elaboração do plano de atividades - conciliação dos saldos físicos e contábeis.

**Projeto: Convergência da Contabilidade Pública**

<b>ÓRGÃO RESPONSÁVEL</b>	<b>SEFAZ</b>
<b>OBJETIVOS</b>	O objetivo geral deste projeto é elaborar o planejamento e implementar as medidas que possibilitem a adoção das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP e do Plano de Contas Aplicável ao Setor Público – PLASP.
<b>ATUAÇÃO DA SECONT</b>	Membro do Grupo de Trabalho criado por meio do Decreto nº. 2577-R para desenvolvimento do projeto e revisão de norma e procedimentos contábeis necessários.
<b>ESTÁGIO ATUAL</b>	Definição e publicação do cronograma de implantação das adequações necessárias.

*Handwritten signatures and initials:*  
A blue signature, a blue star-like mark, and a large blue 'S' with an arrow pointing to the right.



➤ PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES TÉCNICAS

ATO DE DESIGNAÇÃO	DATA	ÓRGÃO	COMISSÃO TÉCNICA
Portaria nº 049-S, de 25/01/11	07/01/11	SEGER	Comitê Gestor responsável pela implementação do Plano de Ação, visando a corrigir as divergências existentes entre os saldos apurados nos inventários físicos dos bens permanentes e de consumo e os registros contábeis correspondentes.
Portaria nº 681-S, de 22/09/11	23/09/11	SEGER	Comitê Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do ES – CET.
Portaria nº 17-S, de 12/10/11	13/10/11	SEAMA	Comissão Especial de Licitação do Projeto Florestas para Vida.
Portaria nº 67-R, de 04/11/11	09/11/11	SEGER	Comissão Permanente de Estudo e Elaboração de Planilhas de Preços Referenciais, alterando o Art. 4º da Portaria nº 689-S, de 09/11/11.
Portaria nº 912-S, de 19/12/11	20/11/11	SEGER	Comitê Estadual de Tratamento e Resposta a Incidentes de Segurança da Informação do Poder Executivo do ES – CETRIN.
Portaria nº 046-S, de 18/11/11	22/11/11	SEFAZ	Encerramento do exercício de 2011, a cargo da Gerencia de Contabilidade da SEZAZ – GECON/SEFAZ.
Decreto Nº 2589-S	05/12/11	SEP	Comissão destinada a preparar relatório sobre a Administração Estadual.
Portaria nº 050-S da SETOP	04/09/10	SETOP	Comissão Especial de Licitação - BID II.
Portaria Nº 012 CRC-ES	01/07/09	CRC-ES	Comissão Contabilidade Pública.
Portaria nº 347-S	14/07/08	SEGER	Comitê de Implantação do SIGA.
Decreto Nº 857-S	29/8/08	IPAJM	Conselho Fiscal.



➤ **NOVO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA**

Portal da Transparência é uma iniciativa do Governo para divulgar dados e informações da gestão governamental, possibilitando que a sociedade participe e acompanhe a aplicação dos recursos públicos. Ele está baseado no Decreto Federal nº 7.185, de 27 de maio de 2010 e na Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009.

Em 2011, o Portal registrou mais de 80 mil acessos, quantidade 30% superior à registrada em 2010.

O Novo Portal da Transparência é um projeto prioritário do Planejamento Estratégico do Estado, uma ação de suma importância, com objetivo de gerar consultas mais visuais e de fácil entendimento da população, de disponibilizar novas informações aos usuários e de ampliar os mecanismos de atendimento ao cidadão, via Ouvidoria Geral.

Novas consultas foram disponibilizadas, tais como Favorecidos, Pregão Eletrônico, Cartão de Suprimento de Fundos, Servidores Públicos, entre outras. Além disso, foram disponibilizadas consultas gráficas com objetivo de aprimorar a forma de apresentação de dados já existentes e melhorar a comunicação com o cidadão.

O **Portal da Transparência**, [www.portaldatransparencia.es.gov.br](http://www.portaldatransparencia.es.gov.br), está disponível na internet e nos totens instalados em todos os municípios do Estado, assegurando, dessa forma, a qualquer cidadão ou entidade, o exercício do direito ao acesso à informação, conforme preconizado no art. 5º da Constituição Federal.

*Handwritten signature*

*Handwritten marks: a checkmark, an arrow pointing right, and a large number 5.*



➤ **INSTITUIÇÃO DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Trata-se de um órgão colegiado, propositivo e consultivo, vinculado à Secretaria de Estado de Controle e Transparência, instituído por meio do Decreto 2812-R, de 29 de julho de 2011.

Visa funcionar como instância de articulação e mobilização da sociedade civil organizada, com a finalidade de sugerir e debater medidas de aperfeiçoamento dos métodos e sistemas de controle, incremento da transparência na gestão da administração pública e estratégias de combate à corrupção e à impunidade.

Dentre as competências, está a de contribuir na formulação das diretrizes da política de transparência e de combate à corrupção e à impunidade; sugerir projetos e ações de transparência e de combate à corrupção e à impunidade; atuar como instância de articulação e mobilização da sociedade civil organizada para o combate à corrupção e à impunidade; realizar estudos e estabelecer estratégias que fundamentem propostas legislativas e administrativas tendentes a maximizar a transparência da gestão pública e ao combate à corrupção e à impunidade.

Durante o período de funcionamento do Conselho, foram realizadas quatro reuniões ordinárias e duas extraordinárias, onde foram tratados diversos temas, tais como:

- Melhorias do Portal da Transparência do Estado;
- Modernização da Ouvidoria Geral do Estado;
- Implantação do Observatório da Despesa Pública;
- Diligências em empresas terceirizadas;
- Mapeamento dos riscos de corrupção no Estado;
- Acompanhamento das obras públicas contratadas pelo Estado por meio de relatórios disponibilizados nos sites institucionais dos órgãos responsáveis;
- Realização da 1ª Consocial/ES – Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social;
- Projeto de Lei Estadual de Sistema de Controle Interno;

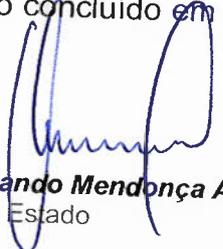


## GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA

- PEC n.º 45/2009, que constitucionaliza a obrigatoriedade de controle interno para todas as instâncias do poder público;
- Implantação no Estado da Lei de Acesso da Informação;
- Projeto de Lei "Ficha Limpa" para ocupantes de cargos comissionados e Diretores de entidades da sociedade civil que recebem recursos públicos;
- Projeto padrão de Portal da Transparência para funcionar como referência aos Municípios menores com objetivo de cumprir o que dispõe a Lei Complementar 131/2009.

O Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, a partir das contribuições e sugestões apresentadas, é um importante instrumento de voz das instituições da sociedade capixaba, para uma administração pública cada vez mais democrática, responsável, transparente e eficiente.

Relatório concluído em 19 de abril de 2012.

  
**Luis Fernando Mendonça Alves**  
Auditor do Estado

  
**Altamiro Enésio Scopel**  
Auditor do Estado

  
**Ricardo Monteiro Oliveira**  
Subsecretário de Estado de Controle

  
**Samir Furtado Nemer**  
Subsecretário de Estado da Transparência

  
**Angela Mª Soares Silveiras**  
Secretária de Estado de Controle e Transparência